

2º SIMULADO ESPECÍFICO DATADO DE 18/04/2021

TEMA: DO PROCESSO COMUM – INSTRUÇÃO CRIMINAL (ART. 394 ao ART. 405 DO CPP)

GABARITO

1B	2D	3A	4E	5B	6B	7E	8A	9E	10D
11A	12E	13D	14C	15C	16A	17A	18B	19B	20C

GABARITO COMENTADO

1 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) Quanto às disposições concernentes à instrução criminal, é correto afirmar, à luz do Código de Processo Penal, que:

- a) Aplica-se a todos os processos o procedimento sumário, salvo disposições em contrário deste Código ou de lei especial.
- b) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
- c) No caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir do décimo dia após a publicação do edital.
- d) A denúncia ou queixa será rejeitada apenas quando for manifestamente inepta ou faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- e) Na instrução do procedimento ordinário poderão ser inquiridas até 5 (cinco) testemunhas arroladas pela acusação e 5 (cinco) pela defesa.

Comentário

a) *Aplica-se a todos os processos o procedimento ~~sumário~~, salvo disposições em contrário deste Código ou de lei especial.*

INCORRETA. Aplica-se a todos o processo COMUM:

Art. 394 (...)

§ 2º Aplica-se a todos os processos o procedimento **comum**, salvo disposições em contrário deste Código ou de lei especial.

b) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

CORRETA. É o que está expresso no art. 396:

Art. 396. Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

c) No caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir ~~a partir do décimo dia após a publicação do edital.~~

INCORRETA. No caso de citação por edital, o prazo começa a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do seu defensor constituído:

Art. 396 (...)

Parágrafo único. No caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir **a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.**

d) A denúncia ou queixa será rejeitada apenas quando for manifestamente inepta ou faltar justa causa para o exercício da ação penal.

INCORRETA. O “apenas” deixou a alternativa incorreta, pois temos mais um caso: quando faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal:

Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

I - for manifestamente inepta;

II - faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou

III - faltar justa causa para o exercício da ação penal.

e) Na instrução do procedimento ordinário poderão ser inquiridas ~~até 5 (cinco) testemunhas arroladas pela acusação e 5 (cinco) pela defesa.~~

INCORRETA. No procedimento ordinário é até 8 testemunhas:

Art. 401. Na instrução poderão ser inquiridas **até 8 (oito) testemunhas** arroladas pela acusação e **8 (oito) pela defesa.**

GABARITO B

2 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) Na instrução criminal de um processo, cujo rito tramitava pelo procedimento ordinário, o juiz observou, logo após o oferecimento de resposta escrita à acusação, que a punibilidade do agente estava extinta. Nesse caso hipotético, o art. 397 do CPP estabelece que o juiz deverá:

- a) marcar audiência de conciliação.
- b) determinar a remessa dos autos ao Ministério Público para tréplica.
- c) marcar a audiência de julgamento.
- d) absolver sumariamente o réu.
- e) rejeitar a denúncia.

Comentário

De acordo com o art. 397 do CPP, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado:

Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá **absolver sumariamente o acusado** quando verificar:

- I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
- II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimizabilidade;
- III - **que o fato narrado evidentemente não constitui crime**; ou
- IV - **extinta a punibilidade do agente.**

GABARITO D

3 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) Quanto à instrução criminal, dispõe o art. 402 do CPP que *“produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução”*. Caso não haja requerimento de diligências, ou sendo indeferido, o art. 403 estabelece que serão oferecidas alegações finais orais por:

- a) 20 (vinte) minutos, respectivamente, pela acusação e pela defesa, prorrogáveis por mais 10 (dez), proferindo o juiz, a seguir, sentença.
- b) 10 (dez) minutos, respectivamente, pela defesa e pela acusação, prorrogáveis por mais 10 (dez), proferindo o juiz, a seguir, sentença.
- c) 15 (quinze) minutos, respectivamente, pela acusação e pela defesa, prorrogáveis por mais 5 (cinco), proferindo o juiz, a seguir, sentença.
- d) 20 (vinte) minutos, respectivamente, pela defesa e pela acusação, prorrogáveis por mais 10 (dez), proferindo o juiz, a seguir, sentença.
- e) 10 (dez) minutos, respectivamente, pela acusação e pela defesa, prorrogáveis por mais 10 (dez), proferindo o juiz, a seguir, sentença.

Comentário

O art. 403 dispõe que é 20 min + 10 min, primeiro a acusação e depois a defesa:

Art. 403. Não havendo requerimento de diligências, ou sendo indeferido, serão oferecidas alegações finais orais por **20 (vinte) minutos**, respectivamente, **pela acusação e pela defesa, prorrogáveis por mais 10 (dez)**, proferindo o juiz, a seguir, sentença.

GABARITO A

4 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) Considere as seguintes informações acerca da instrução criminal:

- I) para infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.
- II) quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- III) quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;

Assinale a alternativa que corresponde, respectivamente, à espécie do procedimento comum:

- a) sumário, sumaríssimo e ordinário.
- b) ordinário, sumário e sumaríssimo.
- c) sumaríssimo, sumário e ordinário.
- d) sumário, ordinário e sumaríssimo.
- e) sumaríssimo, ordinário e sumário.

Comentário

PROCEDIMENTO	SANÇÃO
ORDINÁRIO	IGUAL OU SUPERIOR A 4 ANOS
SUMÁRIO	INFERIOR A 4 ANOS
SUMARÍSSIMO	INFRAÇÕES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO

I) para infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

Corresponde ao Sumaríssimo.

II) quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

Corresponde ao Ordinário.

III) quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;

Corresponde ao Sumário.

GABARITO E

5 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) Acerca do procedimento ordinário, analise as seguintes assertivas:

- I) Havendo mais de um acusado, o tempo previsto para a defesa de cada um será coletivo.
- II) O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais. Nesse caso, terá o prazo de 10 (dez) dias para proferir a sentença.
- III) Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário

I) Havendo mais de um acusado, o tempo previsto para a defesa de cada um será coletivo.

INCORRETA. Quando houve mais de acusado, o tempo para a defesa será individual:

Art. 403 (...)

§ 1º Havendo mais de um acusado, o tempo previsto para a defesa de cada um será **individual.**

II) O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais. Nesse caso, terá o prazo de 10 (dez) dias para proferir a sentença.

CORRETA.

Art. 403 (...)

§ 3º O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais. Nesse caso, terá o prazo de 10 (dez) dias para proferir a sentença.

III) Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.

CORRETA.

Art. 400 (...)

§ 2º Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.

Portanto, apenas os itens II e III estão corretos.

GABARITO B

6 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) Acerca do procedimento ordinário previsto no CPP, considere as seguintes assertivas:

I) Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa, compreendendo-se nesse número as que não prestem compromisso e as referidas.

II) As provas serão produzidas numa só audiência, podendo o juiz indeferir as consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.

III) Em regra, a parte não poderá desistir da inquirição de qualquer das testemunhas arroladas.

Está correto o que se afirma em:

a) I e II, apenas.

b) II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentário

I) Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa, ~~compreendendo-se~~ nesse número as que não prestem compromisso e as referidas.

INCORRETA. Em que pese a primeira parte estar correta, a segunda parte está errada, pois não se compreendem no número de testemunhas que não prestem compromisso e as referidas:

Art. 401. Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa.

§ 1º Nesse número **não se compreendem** as que não prestem compromisso e as referidas

II) As provas serão produzidas numa só audiência, podendo o juiz indeferir as consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.

CORRETA.

Art. 400 (...)

§ 1º As provas serão produzidas numa só audiência, podendo o juiz indeferir as consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.

III) Em regra, a parte ~~não~~ poderá desistir da inquirição de qualquer das testemunhas arroladas.

INCORRETA. É o contrário: em regra, poderá sim desistir:

Art. 401 (...)

§ 2º A parte **poderá desistir** da inquirição de qualquer das testemunhas arroladas, ressalvado o disposto no art. 209 deste Código.

GABARITO B

7 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) De acordo com o art. 395 do CPP, a denúncia ou queixa será rejeitada quando:

- a) verificar que a punibilidade do agente está extinta.
- b) o fato narrado evidentemente não constitui crime.
- c) houver existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimizabilidade.
- d) verificar a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.
- e) for manifestamente inepta.

Comentário

Cuidado para não confundir as causas de rejeição da denúncia ou queixa com as causas de absolvição sumária:

REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU QUEIXA (ART. 395)	ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA (ART. 397)
inepta	Causa excludente de ilicitude
Faltar pressuposto processual ou condição para a ação penal	Causa excludente da culpabilidade, salvo inimizabilidade
Faltar justa causa para a ação penal	Fato não constituiu crime
	Extinta a punibilidade

Perceba que as alternativas “a”, “b”, “c” e “d” tratam de causas de absolvição sumária, sendo certo que a correta é a letra “e”.

GABARITO E

8 – (2º Simulado Específico. 2021. Inédita) Zeus, juiz responsável pelo julgamento de um processo criminal, que tramitava sob o procedimento ordinário, considerou que o caso é muito complexo. Nessa hipótese, o § 3º do art. 403 permite a concessão de prazo às partes para a apresentação de memoriais. Esse prazo corresponde a:

- a) 5 dias sucessivos, sendo que o juiz terá o prazo de 10 dias para proferir a sentença.
- b) 2 dias sucessivos, sendo que o juiz terá o prazo de 05 dias para proferir a sentença.
- c) 5 dias sucessivos, sendo que o juiz terá o prazo de 30 dias para proferir a sentença.
- d) 2 dias sucessivos, sendo que o juiz terá o prazo de 10 dias para proferir a sentença.
- e) 8 dias sucessivos, sendo que o juiz terá o prazo de 05 dias para proferir a sentença.

Comentário

O § 3º do art. 403 estabelece que o prazo para apresentar memoriais é de 5 dias sucessivos e o juiz terá o prazo de 10 dias para a sentença:

Art. 403 (...)

§ 3º O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de **5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais**. Nesse caso, terá o prazo de **10 (dez) dias para proferir a sentença**.

GABARITO A

9 - (2º Simulado Específico. 2021. Inédita) Assinale a alternativa correta no que diz respeito à instrução criminal, conforme dispõe o CPP.

- a) Os processos que apuram a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação apenas na primeira instância.
- b) o procedimento comum será ordinário, sumário ou especial.
- c) O juiz terá o prazo de 5 dias para proferir a sentença caso conceda às partes prazo para a apresentação de memoriais.
- d) o procedimento comum será sumário para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.
- e) Aplica-se a todos os processos o procedimento comum, salvo disposições em contrário deste Código ou de lei especial.

Comentário

a) Os processos que apuram a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação apenas na primeira instância.

INCORRETA. Pois tem prioridade em todas as instâncias:

Art. 394-A. Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

b) o procedimento comum será ordinário, sumário ou especial.

INCORRETA. É ordinário, sumário ou SUMARÍSSIMO:

art. 394, CPP. O procedimento será comum ou especial.

§ 1º O procedimento comum será ordinário, sumário ou **sumaríssimo**.

c) O juiz terá o prazo de 5 dias para proferir a sentença caso conceda às partes prazo para a apresentação de memoriais.

INCORRETA. Pois o prazo é de 10 dias:

Art. 403 (...)

§ 3º O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de **5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais**. Nesse caso, terá o prazo de **10 (dez) dias para proferir a sentença**.

d) o procedimento comum será sumário para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

INCORRETA. Para as infrações de menor potencial ofensivo utiliza-se o procedimento SUMARÍSSIMO:

Art. 394 (...)

§ 1º O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo:

(...)

III - **sumaríssimo**, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

e) Aplica-se a todos os processos o procedimento comum, salvo disposições em contrário deste Código ou de lei especial.

CORRETA.

Art. 394 (...)

§ 2º Aplica-se a todos os processos o procedimento comum, salvo disposições em contrário deste Código ou de lei especial.

GABARITO E

10 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) Dispõe o art. 396 do CPP que nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de:

- a) 02 dias.
- b) 05 dias.
- c) 07 dias.
- d) 10 dias.
- e) 15 dias.

Comentário

O art. 396 estabelece o prazo de 10 dias para o acusado responder à acusação por escrito:

Art. 396. Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de **10 (dez) dias.**

GABARITO D

11 - (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) Analise as seguintes assertivas a respeito do procedimento ordinário previsto no CPP.

- I) as hipóteses de rejeição da denúncia ou queixa se aplicam a todos os procedimentos penais de primeiro grau, desde que sejam regulados pelo Código de Processo Penal.
- II) Aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos especial, sumário e sumaríssimo as disposições do procedimento ordinário.
- III) Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas, exceto arrolar testemunhas.

Está correto o que se afirma em:

- a) II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário

I) as hipóteses de rejeição da denúncia ou queixa se aplicam a todos os procedimentos penais de primeiro grau, desde que sejam regulados pelo Código de Processo Penal.

INCORRETA. As hipóteses de rejeição da denúncia ou queixa estão previstas no art. 395, sendo certo que o § 2º do art. 394 dispõe que as causas serão aplicadas a todos os procedimentos de primeiro grau, AINDA QUE NÃO REGULADOS NESSE CÓDIGO:

Art. 394 (...)

§ 4º As disposições dos **arts. 395 a 398** deste Código aplicam-se a todos os procedimentos penais de primeiro grau, **ainda que não regulados neste Código.**

II) Aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos especial, sumário e sumaríssimo as disposições do procedimento ordinário.

CORRETA. O procedimento ordinário é o mais amplo de todos. Assim, por ser mais completo, ele é aplicado subsidiariamente a todos os demais, ou seja, se faltar alguma regra nos procedimentos especiais, sumários e sumaríssimos, usa-se aquela prevista no procedimento ordinário.

Art. 394 (...)

§ 5º Aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos especial, sumário e sumaríssimo as disposições do procedimento ordinário.

III) Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas, ~~exceto arrolar testemunhas.~~

INCORRETA. Pode arrolar testemunhas também:

Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas **e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.**

GABARITO A

12 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) No procedimento comum, após o oferecimento da resposta pelo acusado, o juiz deverá absolvê-lo sumariamente quando:

- a) a denúncia ou a queixa for manifestamente inepta.
- b) faltar pressuposto processual para propor a ação penal.
- c) faltar condição para o exercício da ação penal.
- d) faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- e) verificar a existência manifesta de causa de excludente de ilicitude do fato.

Comentário

As hipóteses de absolvição sumária estão previstas no art. 397 do CPP:

Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:

I - **a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;**

II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;

III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou

IV - extinta a punibilidade do agente.

Cuidado para não confundir as causas de rejeição da denúncia ou queixa com as causas de absolvição sumária:

REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU QUEIXA (ART. 395)	ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA (ART. 397)
inepta	Causa excludente de ilicitude
Faltar pressuposto processual ou condição para a ação penal	Causa excludente da culpabilidade, salvo inimputabilidade
Faltar justa causa para a ação penal	Fato não constituiu crime
	Extinta a punibilidade

Perceba que as alternativas “a”, “b”, “c” e “d” se referem às hipóteses de rejeição da denúncia ou queixa.

GABARITO E

13 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) Em processo que tramita pelo rito comum ordinário, que conta com 5 (cinco) acusados, o tempo reservado ao defensor de cada acusado nas alegações finais orais é de:

- a) 10 minutos, prorrogáveis por mais 10.
- b) 20 minutos, prorrogáveis por mais 15.
- c) 10 minutos, prorrogáveis por mais 05.
- d) 20 minutos, prorrogáveis por mais 10.
- e) 30 minutos, prorrogáveis por mais 15.

Comentário

Para cada acusado, o art. 403 prevê o tempo de 20 min + 10 min:

Art. 403. Não havendo requerimento de diligências, ou sendo indeferido, serão oferecidas alegações finais orais **por 20 (vinte) minutos**, respectivamente, pela acusação e pela defesa, **prorrogáveis por mais 10 (dez)**, proferindo o juiz, a seguir, sentença.

Atente-se que esse tempo não é para todos os acusados ao mesmo tempo. É para cada um individualmente, ou seja, se tem 5 acusados, cada um vai ter 30 min (20 + 10) :

Art. 403 (...)

§ 1º **Havendo mais de um acusado**, o tempo previsto para a defesa de cada um **será individual**.

GABARITO D

14 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) Dispõe o art. 400 do CPP, que a audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, terá início com:

- a) o interrogatório do acusado.
- b) o oferecimento da denúncia.
- c) as declarações do ofendido.
- d) a inquirição das testemunhas.
- e) a manifestação do Ministério Público

Comentário

O art. 400 do CPP estabelece uma ordem obrigatória a ser seguida:

- 1º) declarações do ofendido.

2º) inquirição das testemunhas da acusação e depois pela defesa.

3º) esclarecimentos dos peritos

4º) acareações

5º) reconhecimentos de pessoas.

6º) interrogatório do acusado

Assim, a audiência de instrução e julgamento começa com a tomada de declarações do ofendido:

Art. 400. Na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, **proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido**, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no art. 222 deste Código, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado.

GABARITO C

15 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) De acordo com o § 2º do art. 403, quanto tempo dispõe o assistente do Ministério Público para apresentar alegações finais orais?

- a) 5 minutos, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.
- b) 15 minutos, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.
- c) 10 minutos, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.
- d) 20 minutos, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.
- e) 30 minutos, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.

Comentário

O tempo para o assistente do MP apresentar alegações finais orais é de 10 min:

Art. 403 (...)

§ 2º Ao assistente do Ministério Público, após a manifestação desse, **serão concedidos 10 (dez) minutos, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.**

Portanto, o assistente do MP tem 10 minutos para se manifestar, e igual prazo será concedido para a defesa se pronunciar também, respeitando o princípio do contraditório.

GABARITO C

16 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) Segundo o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta no que diz respeito ao procedimento comum.

- a) O Juiz que presidiu a instrução proferirá a sentença.
- b) É vedado realizar o registro dos do investigado, indiciado, ofendido e testemunhas por recurso audiovisual.
- c) No caso de registro por meio audiovisual, será encaminhado às partes cópia do registro original, com necessidade de transcrição.
- d) Do ocorrido em audiência será lavrado termo em livro próprio, assinado pelo juiz e pelas partes, contendo todas as informações e fatos nela ocorridos, detalhadamente.
- e) Havendo mais de um acusado, o tempo previsto para a defesa de cada um será coletivo.

Comentário

a) O Juiz que presidiu a instrução proferirá a sentença.

CORRETA.

Art. 399 (...)

§ 2º O juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença.

b) ~~É vedado~~ realizar o registro dos do investigado, indiciado, ofendido e testemunhas por recurso audiovisual.

INCORRETA. Pelo contrário, é permitido sim:

Art. 405 (...)

§ 1º Sempre que possível, o registro dos depoimentos do investigado, indiciado, ofendido e testemunhas será feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, estenotipia, digital ou técnica similar, **inclusive audiovisual**, destinada a obter maior fidelidade das informações

c) No caso de registro por meio audiovisual, será encaminhado às partes cópia do registro original, ~~com~~ necessidade de transcrição.

INCORRETA. Não precisa de transcrição:

Art. 405 (...)

§ 2º No caso de registro por meio audiovisual, será encaminhado às partes cópia do registro original, **sem** necessidade de transcrição.

d) Do ocorrido em audiência será lavrado termo em livro próprio, assinado pelo juiz e pelas partes, ~~contendo todas as informações e fatos nela ocorridos, detalhadamente.~~

INCORRETA. Pois conterà apenas um breve resumo dos fatos relevantes e não todas as informações detalhadamente:

Art. 405. Do ocorrido em audiência será lavrado termo em livro próprio, assinado pelo juiz e pelas partes, contendo **breve resumo dos fatos relevantes** nela ocorridos.

e) Havendo mais de um acusado, o tempo previsto para a defesa de cada um será ~~coletivo~~.

INCORRETA. O prazo é individual, ou seja, se tiver 3 acusados, cada um tem o seu tempo contado separadamente:

Art. 403 (...)

§ 1º Havendo mais de um acusado, o tempo previsto para a defesa de cada um será **individual**.

GABARITO A

17 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) Dispõe o art. 404 do CPP que caso seja ordenada alguma diligência considerada imprescindível, a audiência será concluída sem as alegações finais. Após a realização de tal diligência, dispõe o parágrafo único do mesmo artigo que as partes apresentarão suas alegações finais, por memorial, no prazo de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 02 dias.
- d) 15 dias.
- e) 30 dias.

Comentário

O prazo para apresentar alegações finais por memorial é de 5 dias. E o juiz terá o prazo de 10 dias para proferir a sentença:

Art. 404. Ordenado diligência considerada imprescindível, de ofício ou a requerimento da parte, a audiência será concluída sem as alegações finais.

Parágrafo único. Realizada, em seguida, a diligência determinada, as partes apresentarão, no **prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, suas alegações finais, por memorial**, e, no prazo de 10 (dez) dias, o juiz proferirá a sentença.

GABARITO A

18 - (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) Analise as seguintes assertivas a respeito do procedimento comum previsto no CPP.

I) Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.

II) Ao assistente do Ministério Público, após a manifestação desse, serão concedidos 10 (dez) minutos, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.

III) Os processos que apuram crimes hediondos terão prioridade de tramitação na primeira e segunda instância, não se aplicando a tramitação prioritária nos Tribunais Superiores.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) II e III, apenas.

d) III, apenas.

e) I, II e III.

Comentário

I) Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.

CORRETA. É o que diz o art. 402 do CPP:

Art. 402. Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.

II) Ao assistente do Ministério Público, após a manifestação desse, serão concedidos 10 (dez) minutos, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.

CORRETA. De fato, o assistente do MP dispõe de 10min para apresentar sua manifestação, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa:

Art. 403 (...)

§ 2º Ao assistente do Ministério Público, após a manifestação desse, serão concedidos 10 (dez) minutos, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.

III) Os processos que apuram crimes hediondos terão prioridade de tramitação na primeira e segunda instância, não se aplicando a tramitação prioritária nos Tribunais Superiores.

INCORRETA.

Art. 394-A. Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação **em todas as instâncias**.

Portanto, apenas os itens I e II estão corretos.

GABARITO B

19 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) Quanto às disposições concernentes ao processo comum, é correto afirmar, à luz do CPP, que:

- a) a ausência de justa causa para o exercício da ação penal enseja a absolvição sumária do acusado.
- b) No caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.
- c) Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 05 (cinco) dias.
- d) O juiz deve absolver sumariamente o acusado caso a denúncia apresentada seja manifestamente inepta.
- e) O juiz deve rejeitar a denúncia caso ele verifique, após a resposta do acusado, que o fato narrado evidentemente não constitui crime.

Comentário

a) a ausência de justa causa para o exercício da ação penal enseja a absolvição sumária do acusado.

INCORRETA. A ausência de justa causa é causa de rejeição da denúncia ou queixa:

Art. 395. A denúncia ou queixa será **rejeitada** quando:

(...)

III - faltar justa causa para o exercício da ação penal.

b) No caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.

CORRETA.

Art. 396 (...)

Parágrafo único. No caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.

c) Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 05 (cinco) dias.

INCORRETA. O prazo é de 10 dias:

Art. 396-A (...)

§ 2o Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por **10 (dez) dias.**

d) O juiz deve ~~absolver sumariamente~~ o acusado caso a denúncia apresentada seja manifestamente inepta.

INCORRETA. Essa hipótese é de rejeição da denúncia:

Art. 395. A denúncia ou queixa será **rejeitada** quando:

I - for manifestamente inepta;

e) O juiz deve ~~rejeitar a denúncia~~ caso ele verifique, após a resposta do acusado, que o fato narrado evidentemente não constitui crime.

INCORRETA. Essa hipótese é de absolvição sumária:

Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá **absolver sumariamente** o acusado quando verificar:

(...)

III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime.

GABARITO B

20 – (2º Simulado Específico. 2021. Inéditas) Analise as assertivas a respeito do processo comum previsto no Código de Processo Penal:

I) A exceção será processada em apartado.

II) O acusado preso será requisitado para comparecer ao interrogatório, devendo o poder público providenciar sua apresentação

III) O juiz que for proferir a sentença não precisa ser o mesmo que presidiu a instrução

Está correto o que se afirma:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentário

I) A exceção será processada em apartado.

CORRETA.

Art. 396-A

(...)

§ 1º A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 deste Código.

II) O acusado preso será requisitado para comparecer ao interrogatório, devendo o poder público providenciar sua apresentação.

CORRETA. É o que diz o § 1º do art. 399:

Art. 399 (...)

§ 1º O acusado preso será requisitado para comparecer ao interrogatório, devendo o poder público providenciar sua apresentação.

III) O juiz que for proferir a sentença não precisa ser o mesmo que presidiu a instrução.

INCORRETA. Pois o juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença:

Art. 399 (...)

§ 2º O juiz que presidiu a instrução **deverá proferir a sentença.**

GABARITO C